

Título: Revisão do conceito de subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado: da dimensão econômica à cultural

Autor: Rafael Gonçalves Gumiero¹

Resumo: O tema do subdesenvolvimento foi notório principalmente após a Segunda Guerra Mundial e mobilizou uma vanguarda teórica nos países centrais e principalmente nos periféricos. A ideia de diálogo foi forte entre teóricos do centro com os da periferia na sistematização do subdesenvolvimento e proporcionou que a interpretação desse fenômeno fosse ressignificada pelo trânsito de ideias. Dentro do universo composto pelas interpretações do subdesenvolvimento, o objetivo geral nesse artigo foi optar por um recorte menor, apresentar a ressignificação de subdesenvolvimento em dois momentos específicos na teoria de Celso Furtado, em sua primeira fase de pensamento (1950-1964) e da revisão desses conceitos na segunda fase do seu pensamento (1965-1984). Para o balanço desse fenômeno foram selecionados os seguintes conceitos: a) intercâmbio entre países periféricos e os centrais; b) as modalidades do subdesenvolvimento; c) efeito demonstração. As obras de Furtado selecionadas para realizar essa análise foram: *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961, *Dialética do Desenvolvimento*, de 1964 e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, de 1967; *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, de 1974, *Criatividade e Dependência*, de 1978 e *Cultura e Desenvolvimento*, de 1984. Acrescento no balanço comparativo das duas fases do pensamento de Furtado, o estudo *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas* que é composto por dois estudos que possibilitam analisar dois momentos do pensamento deste autor aplicado na prática, *O desenvolvimento recente da economia venezuelana*, de 1957, e *Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais*, de 1974.

Palavras-chaves - dependência cultural; subdesenvolvimento; Furtado; teoria do desenvolvimento; periferia.

1. Introdução

O subdesenvolvimento ocupou com centralidade a agenda de pesquisas no pós Segunda Guerra Mundial. A construção desse repertório teórico recebeu importantes subsídios de autores do centro capitalista, como Manoilescu, Roseinstein-Rodan, Gerschenkron, Nurkse, Myrdal, Rostow, Hirschman dentre outros nomes. Na periferia capitalista tivemos a formulação de uma teoria original da periferia, fundamentada por Raúl Prebisch, Celso Furtado, Echavarría, Cardoso e Faletto dentre outros.

¹ Professor Adjunto do Instituto em Estudos de Desenvolvimento Agrário e Regional da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

O problema do subdesenvolvimento é estrutural dos países periféricos e ao longo das décadas reverberou em diferentes efeitos que provocaram ou ampliaram as desigualdades, desde a dimensão econômica, política à cultural.

Dentre a linhagem do pensamento das teses do subdesenvolvimento o pensamento de Furtado foi selecionado para ser tratado nessa comunicação, como o que representa a revisão do subdesenvolvimento em sua produção bibliográfica e colabora para compreender as diferentes dimensões de desigualdades provocadas por esse fenômeno. O repertório da produção bibliográfica de Furtado é longo e segundo Cepêda (2001) pode ser dividido em três fases. A primeira fase otimista, iniciada em 1950, representada pela interpretação do subdesenvolvimento e sua participação política desde o início da carreira de Furtado até o golpe de 1964. A segunda fase, na percepção da autora, inicia-se em 1965 com a cassação política e vai até 1984. Nesse momento, Furtado revisa o subdesenvolvimento e introduz em seu repertório a ideia sobre o conceito de modernização do subdesenvolvimento. Furtado realiza o ajuste na interpretação do subdesenvolvimento sob os condicionantes do capitalismo contemporâneo, como novos padrões de consumo, expansão da urbanização e surgimento de novos segmentos produtivos. Esses novos fatores rechaçaram a possibilidade de desenvolvimento na periferia orientado somente pelo viés produtivo sem transformações profundas para os direitos sociais, a participação política, a função social do Estado e pela ausência da democracia. A terceira fase foi dos anos 1985 até o seu falecimento, em 2004, considerado o momento memorialista e retorno das suas análises dos temas dos anos 1950-60 sob o prisma do processo de capitalismo globalizado.

O objetivo nesse trabalho é apresentar a ressignificação do subdesenvolvimento e da teoria do desenvolvimento em um autor específico, Celso Furtado. O recorte proposto neste artigo, dentro do universo do pensamento furtadiano, é apresentar a ressignificação dos conceitos de subdesenvolvimento e desenvolvimento em dois momentos específicos, a da sua primeira fase de pensamento (1950-1964) e da revisão desses conceitos na segunda fase do seu pensamento (1965-1984). Para o balanço desse fenômeno foram selecionados os seguintes conceitos: a) intercâmbio entre países periféricos e os centrais; b) as modalidades do subdesenvolvimento; c) efeito demonstração.

As obras selecionadas da primeira fase do pensamento de Furtado foram: *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961, *Dialética do Desenvolvimento*, de

1964 e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*², de 1967. Na segunda fase do seu pensamento foram selecionadas as obras *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, de 1974, *Criatividade e Dependência*, de 1978 e *Cultura e Desenvolvimento*, de 1984.

Nesse balanço do pensamento de Furtado foi adicionado um importante estudo realizado por ele, poucas vezes lembrado e aplicado na comparação de políticas de desenvolvimento: *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*³, de Celso Furtado, organizado pelo Centro Internacional Celso Furtado (Arquivos Celso Furtado nº 1), em 2008. Esse estudo está dividido em dois tempos, o primeiro estudo *O desenvolvimento recente da economia venezuelana*, de 1957; e, *Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais*, de 1974.

A hipótese dessa comunicação é a de que houve ressignificação do conceito de subdesenvolvimento na interpretação de Furtado, reposicionando a dimensão cultural e social como centrais para compreender esse fenômeno em sua segunda fase de pensamento. Os estudos *Ensaio sobre a Venezuela* representa de forma aplicada esse movimento interpretativo da teoria furtadiana. Por conta disso, além das obras referidas a análise desse estudo é estratégico para apresentar a revisão do subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado.

De acordo com as contribuições de Skinner (1999) e de Pocock (2003), guardadas as suas devidas particularidades, o significado do pensamento reverbera e pode ser revisitado após a sua criação segundo as ações e momentos históricos ocupados pelos atores sociais.

Para Karl Mannheim (1982) os intelectuais são capazes de criar sínteses e são portadores de ideologias direcionadas para a transformação. A síntese do pensamento dos teóricos está balizada pelo diagnóstico de uma realidade e pelo prognóstico, como superação dos obstáculos ou problemas que afligem a sociedade.

A produção dos intelectuais possui trajetórias pelo qual transitam para legitimar o seu raciocínio: a dimensão interna, a apreensão da realidade histórica e social; a dimensão

² Embora a obra *Teoria política e desenvolvimento econômico* foi produzida após o exílio de Furtado e compreenda o período da segunda fase do seu pensamento, esta obra representa a síntese do pensamento de Furtado nos anos 50 e em grande medida foi produzida tendo como base o livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961.

³ Foi utilizado a edição organizada pelo Centro Internacional de Celso Furtado, Arquivos Celso Furtado nº 1, Ensaio sobre a economia venezuelana: subdesenvolvimento com abundância de divisas, de 2008. Nesse caso, por não se tratar da edição príncipe, a primeira edição da publicação, recorri a edição organizada pelo CICF e adotei como tática colocar a referência da seguinte forma: FURTADO, 2008[1957]. Neste caso optou-se por ressaltar o ano de publicação da edição utilizada e entre colchetes o ano da primeira edição publicada.

externa, é a transição para a arena intelectual em uma acirrada disputa simbólica de campo com outras interpretações, desaguando na contribuição para a transformação da sociedade, ressignificando conceitos e abrindo um novo ciclo de temas e problemas (MANNHEIM, 1982).

A teoria de Celso Furtado foi formulada com a intenção de aplicá-la à prática e não se limitou apenas a reflexão. Por conta disso, Furtado pode ser designado segundo a denominação de Mannheim como *intelligentsia*.

A organização da comunicação está dividida em três tópicos, além da introdução. O primeiro apresenta as variáveis que fundamentaram a interpretação do subdesenvolvimento na primeira fase do pensamento furtadiano. No segundo tópico aborda a revisão do conceito de subdesenvolvimento em sua segunda fase, o que ampliou o seu repertório e léxico linguístico. No último tópico foi apresentado o balanço dos dois estudos sobre a Venezuela, em que buscamos apontar as revisões da interpretação sobre subdesenvolvimento em Furtado, na formulação de uma estratégia de desenvolvimento. Posteriormente, seguem as considerações finais para concluir a comunicação.

2. A expansão do capitalismo e a formação do subdesenvolvimento na periferia

A teoria do subdesenvolvimento da CEPAL foi formulada com maestria por Raúl Prebisch ao formular o sistema centro periferia, estabelecido historicamente pela geração e difusão do progresso técnico, determinado pelo capitalismo moderno. Uma característica fundamental para a permanência das desigualdades entre países centrais e periféricos foi a concentração de inovações tecnológicas no centro e o acesso seletivo da periferia a elas, apenas o setor primário-exportador, o que rebateu na constituição do fenômeno de heterogeneidade. Na periferia a difusão de tecnologia do centro é seletiva, ou seja, é direcionada apenas para alguns setores e apesar do aumento da produtividade, há elevada oferta de mão de obra e devido a inserção de tecnologia nas cadeias produtivas, não são absorvidas pelo mercado de trabalho, pois há o fenômeno de heterogeneidade estrutural, em que determinados setores inserem a tecnologia em sua produção, via importação de produtos industrializados, enquanto que outros permanecem com um modelo de produção pré-capitalista (PREBISCH, 2011).

O fundamento da formação desse sistema é a noção de que a economia mundial é constituída por dois pólos, o centro e a periferia, cada um com as suas respectivas estruturas econômicas: a periferia caracterizada por heterogeneidade da coexistência de

setores modernos de elevada produtividade do trabalho (agroexportadores e a insipiente atividade industrial) ao lado de outros atrasados onde essa produtividade é baixa (subsistência). O resultado é o baixo nível de investimento ocasionando desemprego estrutural, incapacidade de incorporação de progresso técnico devido aos nexos entre os dois pólos que ocasiona forte tendência à deterioração dos termos de troca com base na especialização das respectivas economias e desequilíbrio externo. Esta apreciação confrontada com a apropriação concentrada dos ativos durante o processo de formação responde pelas disparidades nos níveis de renda e o atraso.

O desenvolvimento para fora constituiu a relação da periferia com o centro, reforça a posição de dependência da economia periférica, ao se especializar na produção de alimentos e matérias-primas de acordo com a demanda dos centros industriais, ao invés de priorizar a elevação da qualidade de vida da população na periferia. Nessa relação, a periferia permanece encerrada no círculo vicioso do subdesenvolvimento pois está alinhada a divisão internacional do trabalho imposta pelos países centrais (PREBISCH, 2011).

Para Prebisch o conceito de dependência está fortemente vinculado a ausência de formação de capital em países periféricos. Segundo o teórico, a formação do capital resulta em investimentos a industrialização e ao progresso técnico da agricultura. Em países periféricos a formação de capital está associada a redução do consumo da população combinado com a poupança e investimentos estrangeiros que podem contribuir para o aumento da produtividade do trabalhador. Essa combinação permitiria que houvesse importante incremento produtivo capaz de formar capitais ao invés de ser direcionado ao consumo prematura da população (PREBISCH, 2011).

A dependência econômica se estende a partir da adoção do padrão de consumo dos países centrais pelos países da América Latina. O processo de imitação não se limita somente a importação e inserção de produtos industrializados nas cadeias produtivas locais da periferia, ela possui forte rebatimento sobre a propensão ao consumo das elites, as inclinando a consumir produtos diversificados, trata-se de formas de consumo do capitalismo avançado difundido pelo centro.

O sistema centro periferia recebeu subsídios de Raúl Prebisch e foi importante para a formulação da teoria cepalina e da Teoria do Desenvolvimento de Celso Furtado. As relações entre países centrais e os periféricos e o uso do método histórico-estrutural dando lógica ao tipo de abordagem que se denominou estruturalismo evidenciando as particularidades do subdesenvolvimento latino-americano constituiu ponto de partida

para Furtado sistematizar as reverberações do subdesenvolvimento que possui diferentes momentos conforme o processo de modernização avançou na periferia, intensificou os efeitos deletérios, como as desigualdades econômicas e principalmente sociais.

Posteriormente à inauguração da teoria da Cepal, Ragnar Nurkse em 1953 apresentou a sua abordagem sobre o subdesenvolvimento, que está relacionado ao preâmbulo dificuldade de formação de capital e a propensão da população para poupar. O denominado círculo vicioso da pobreza é a combinação desses fatores aplicadas à condição do homem em um país subdesenvolvido.

Não é difícil imaginar exemplos típicos destas constelações circulares: um homem pobre não tem o bastante para comer; sendo subalimentado, sua saúde é fraca; sendo fisicamente fraco, a sua capacidade de trabalho é baixa, o que significa que ele é pobre, o que, por sua vez, quer dizer que não tem o bastante para comer; e assim por diante. Tal situação, transporta para o plano mais largo de um país, pode ser resumida nesta proposição simplória: um país é pobre porque é pobre (NURKSE, 1957, P.8).

O principal obstáculo para a formação de poupança em países subdesenvolvidos é o “efeito de demonstração”, manifestado quando os indivíduos entram em contato com formas de consumo superiores. O novo padrão de consumo dos indivíduos dos países subdesenvolvidos implica em novos desejos e a propensão para consumir se eleva (NURKSE; 1957).

O consumo na massa da população é ditado pelo lançamento de novos produtos no mercado. O principal agente responsável pela constante produção de novos produtos é a inovação tecnológica. Tradicionalmente os produtos gerados pela tecnologia originam-se nos países desenvolvidos e são importados pelos países subdesenvolvidos.

Os argumentos de Nurkse acerca da questão do consumismo desenfreado dos indivíduos nos países subdesenvolvidos caminham na mesma direção que as formulações teóricas de Raul Prebisch⁴. Para Nurkse (1957) a baixa poupança é consequência do baixo

⁴ Lembramos que os fatores que ajudam a explicar a debilidade periférica, de acordo com Prebisch (2011) podem estar relacionados com o fenômeno “deterioração dos termos de troca”. Ele analisou esse fenômeno, ao comparar o preço de exportação dos bens primários (produzidos por economias periféricas) com os preços dos bens industrializados (produzidos nos países centrais). Prebisch constatou que, a longo prazo, os preços dos primeiros tendem a reduzir-se com maior velocidade que os dos segundos. Uma das causas levantadas pela CEPAL para explicar esta tendência é a diferença da produtividade da mão-de-obra entre os setores primário e secundário. A deterioração dos termos de troca se manifesta através das flutuações cíclicas da economia mundial, característica do capitalismo, prejudicando o desenvolvimento das economias especializadas na produção de bens primários.

nível de renda real e da alta propensão ao consumismo, devido à sedução irradiada pelas formas superiores de consumo.

Celso Furtado em suas obras *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961 e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, de 1967, aponta que o subdesenvolvimento é um fenômeno de dimensão histórica, cada economia possui esse fenômeno de forma autônoma e não uma etapa do desenvolvimento econômico, pelo qual todos os países passaram em seu processo de modernização. O subdesenvolvimento originou da sobreposição da estrutura do capitalismo moderno, advindo da eclosão da Primeira Revolução Industrial na Inglaterra, na estrutura pré-capitalista da periferia e adaptação dos pólos primário-exportadores à dinâmica imposta pela divisão internacional do trabalho do capitalismo moderno. Portanto, uma teoria econômica geral é incapaz de formular alternativas para a superação das especificidades do subdesenvolvimento dos países periféricos (FURTADO, 1963).

O subdesenvolvimento possui duas modalidades de reprodução em países periféricos, o modo inferior e o superior. No caso do Brasil, o modelo de subdesenvolvimento é o superior, por conta que o processo de industrialização favoreceu desproporcionalmente as regiões brasileiras, por conta disso houve expansão da dinâmica econômica no caso da região Centro – Sul e a estagnação econômica da Nordeste. O subdesenvolvimento no modelo brasileiro gerou uma forte dependência dos países desenvolvidos. O “efeito de demonstração”, nos países subdesenvolvidos, exerceu-se por meio da substituição de importações, que vinculou a demanda da elite e da população brasileira ao padrão de consumo dos países desenvolvidos (FURTADO, 2000).

Na obra *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, Furtado aponta que o subdesenvolvimento pela evolução do sistema de produção, por intermédio das elevações de produtividade de acordo com a localização geográfica e a especialização produtiva. No caso dos países periféricos poderia ser obtida com um mínimo de modificações nas técnicas de produção, no caso da agricultura, ou com alguma inserção de modificação produtiva, porém, formatada em enclaves na produção mineira. A lei das vantagens comparativas determinou países em que a especialização de setores com rápida inserção do progresso tecnológico polarizou com países em que se especializaram em recursos naturais que apresentavam vantagem no comércio internacional (FURTADO, 2000).

Para Furtado (2000) as relações entre países centrais e os periféricos não se limitaram a essa situação, pois a especialização produtiva dos países periféricos impôs a eles a necessidade de importação de bens de consumo, consequência das inovações

tecnológicas dos países centrais. O aumento da produtividade média no país periférico não amplia o salário dos trabalhadores, essa mudança está circunscrita à alteração do padrão de consumo da minoria da população. Durante o processo de desenvolvimento em países periféricos houve a prática da importação de padrões culturais, denominado de modernização dos estilos de vida.

A formação de um grupo social nos países periféricos que adotaram padrões de consumo similares aos dos países centrais moldou a forma do desenvolvimento periférico, conjuntamente com as políticas de substituição de importações que tenderam a fabricação local de artigos que antes eram importados. Porém, é formado um dualismo no plano cultural, que relativiza os padrões de consumo em constante mudanças e importados versus padrões de consumo tradicional, que tende a ser inserido na estrutura do sistema produtiva local (FURTADO, 2000).

O efeito demonstração na periferia se propaga desde a diversificação do consumo de uma minoria, cujo estilo de vida é influenciado pela evolução cultural dos países de alta produtividade e onde o desenvolvimento se apoiou no progresso tecnológico, sem necessariamente que processo tenha repercussões nas condições de vida da maioria da população. Quanto mais intenso for o progresso tecnológico e a diversificação das formas de consumo dos centros dominantes, maior é a aceleração do desenvolvimento dependente e do avanço da heterogeneidade estrutural nos países periféricos.

O controle do progresso tecnológico e a possibilidade de impor padrões de consumo, em certas economias, passa a condicionar a estruturação do aparelho produtivo de outras, as quais se tornam dependentes. Essa estruturação se processa de forma a permitir que uma minoria do subsistema dependente esteja em condições de reproduzir os padrões de vida de prestígio criados nos subsistemas dominantes. Assim, na economia dependente existirá, na forma de enclave social, um grupo culturalmente integrado nos subsistemas dominantes. O dualismo tem, portanto, desde o início uma dimensão cultural, a qual se traduz, em termos econômicos, numa descontinuidade na superfície da procura. É a industrialização substitutiva de importações, conforme vimos, que transfere essa descontinuidade para a estrutura do aparelho produtivo. Para o economista que observa uma economia subdesenvolvida como um sistema fechado, o fenômeno se apresenta como um desequilíbrio no nível de fatores, decorrente da inadequação da tecnologia. Escapalhe que o referido fenômeno é, fundamentalmente, uma decorrência de formas de comportamento ligadas ao quadro estrutural da dependência (FURTADO, 2000, p. 258-259).

Furtado (2000) compreende que há três tipos de transformação nas economias periféricas, a inserção no comércio internacional pelas vantagens comparativas, a

aplicação de políticas de substituição de importações, e a associação dos padrões de consumo dos grupos de alta renda ao dos centros. Para o referido autor, esses tipos simbolizam a evolução do processo de dependência.

Nessa condição de dependência os países subdesenvolvidos não conseguiram obter êxito com a política de substituição de importações. A industrialização do tipo *substituição de importações* adotada como estratégia pelo Brasil e países latino-americanos comprometeu o acesso à inovação tecnológica, por conta da adoção de um modelo de industrialização baseada na imitação. A industrialização brasileira não transformou a organização produtiva, que seja realizar as inovações tecnológicas e continuou submissa à demanda do mercado externo, volátil à demanda. Nesta etapa pouca ou nenhuma atenção foi dada as consequências no plano cultural, apontando uma possível dependência cultural gerada pelo subdesenvolvimento aos países periféricos.

A base industrial no Brasil se estruturou em três setores diferentes: 1) atividades de subsistência com fluxo monetário reduzido, representadas pela economia de subsistência; 2) com a formação de pólos primário-exportadores, grande parte da renda auferida nesta atividade econômica concentra-se nas mãos dos empresários, o que pressupõe um crescimento com concentração de renda; 3) a produção de produtos manufaturados destinada ao mercado interno (FURTADO, 1963).

O resultado do efeito demonstração é o mimetismo gerado pela introdução de inovações tecnológicas de países desenvolvidos nos subdesenvolvidos, o que ocasiona de um lado, rápida absorção das inovações na cultura material (transformações no sistema de produção), porém, de outro lado, é vagarosa essa absorção na cultura não material (no sistema de valores sociais), o que resulta em tensões psicossociais (FURTADO, 1964).

Para Furtado (1964) a rápida absorção das inovações na cultura material e a vagarosa absorção na cultura não material promoveu o descompasso pela introdução da inovação tecnológica em economias subdesenvolvidas que é absorvida “quase totalmente por empréstimo”, as estruturas sociais não se adaptam na mesma velocidade que a infraestrutura.

A seguir, no próximo tópico, foi abordada a revisão do subdesenvolvimento em Celso Furtado, explorando a dimensão cultural desse fenômeno e a sua complexidade.

3. A dimensão cultural do subdesenvolvimento

A promessa de que a industrialização seria a alternativa para superação do subdesenvolvimento é rebatida por Furtado e se torna central em suas produções bibliográficas da segunda fase do seu pensamento, que seja de 1967 a 1984. Nas produções bibliográficas subsequentes de Furtado, *O Mito do Desenvolvimento*, de 1974, *Criatividade e Dependência* de 1978, e *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*, de 1984, foi ampliada a dimensão subdesenvolvimento subjacente ao impacto da dependência cultural como impedimento para o desenvolvimento dos países periféricos.

Houve ampliação do repertório de Furtado a partir da segunda fase do seu pensamento sobre a interpretação do subdesenvolvimento. A obra *Mito do Desenvolvimento* simboliza a transição de um repertório concentrado nos processos de formação e da industrialização do Brasil para o que ele considera como agravamento do subdesenvolvimento para a dimensão cultural.

Para Furtado (1974) dois aspectos impulsionaram o processo de subdesenvolvimento a partir dos anos 1970, são eles: a) aceleração da acumulação de capital nos sistemas de produção; b) a intensificação do comércio internacional. Os resultados foram ampliação do fator trabalho, ampliou o excedente da minoria da população em países periféricos e foi direcionado para acumulação e diversificação do consumo.

A revisão realizada por Furtado da concepção de intercâmbio comercial entre os países centrais e periféricos aponta que permanece desfavorável aos produtores de produtos primários e a acumulação permanece no centro, constitui um grupo de países em distintos graus de industrialização. O processo de industrialização nos países periféricos foi condicionado para completar o sistema econômico internacional e não para formar um sistema econômico nacional, imbuído por características próprias nos incrementos de produtividade que resultaram da expansão das exportações e não do processo de acumulação e dos avanços tecnológicos que estiveram posicionados no centro do sistema. *O que cria a diferença fundamental e dá origem à linha divisória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é a orientação dada à utilização do excedente engendrado pelo incremento de produtividade* (FURTADO, 1974, p. 24 e 25).

Outro efeito originário da Revolução Industrial para o comércio internacional nos países periférico foi o aumento da produtividade do trabalho e do excedente, intensificou a acumulação, elevou o padrão de consumo. Furtado (1984) o aumento da produtividade do trabalho social e a diversificação do consumo como balizas da expansão do sistema produtivo. A divisão internacional do trabalho isola estas balizas, de tal maneira que os

países especializados em exportação de produtos primários poderiam ter acesso à modernização tecnológica pela via do acesso do padrão de consumo sem ter que investir na criação de tecnologia para ampliar a produtividade. O processo de modernização dependente inaugurou a utilização do excedente, gerado pela especialização na exportação de produtos primários, para importar modelos de consumo estimulados pela compra de manufaturas destinadas ao consumo.

O distanciamento entre elite e povo será a característica marcante do quadro cultural que emerge nesse período. As elites, como que hipnotizadas, voltam-se para os centros da cultura européia, de onde brotava o fluxo de bens de consumo que o excedente do comércio exterior permitiria adquirir (FURTADO, 1984, p. 23).

Nos países em que as vantagens comparativas assumem a forma de especialização na exportação de produtos primários, particularmente os produtos agrícolas, o excedente adicional assume a forma de um incremento das importações. Como a especialização não requer nem implica modificações nos métodos produtivos e a acumulação se realiza com recursos locais o incremento da capacidade para importar permanece disponível para ser utilizado na aquisição de bens de consumo.

Na periferia a formação do sistema econômico nacional com autonomia, fase que permitiu integrar as estruturas internas e homogeneizar a tecnologia, passou a ser gestada sob um processo de agravamento das disparidades internas à medida que se industrializam orientadas pelas políticas de substituição de importações. Esse tipo de industrialização, que em certos momentos tropeça em falta de capitais, dificuldade de acesso à tecnologia, a pequenez do mercado interno, realiza-se atualmente com extrema rapidez, graças à cooperação dos oligopólios internacionais (FURTADO, 1974).

O capitalismo para Furtado (1974) direcionado aos países periféricos reforça o sistema do subdesenvolvimento. Para o referido teórico o capitalismo exerce duas dinâmicas diferentes, uma relacionada aos países centrais que determina o fluxo de novos produtos e da elevação dos salários que permite a expansão do consumo de massa. A outra é na periferia, inseri o mimetismo cultural e requer a concentração de renda para as minorias reproduzir as formas de consumo de países centrais. Portanto, o capitalismo no centro do sistema mundial exerce a acumulação de capital com repartição de renda, no capitalismo periférico a industrialização provocou concentração de renda que resultaram em desigualdades sociais e tensões sociais. O aparelho estatal e as atividades econômicas

em países periféricos são controlados internacionalmente. A economia internacional passou a ser controlada por grandes empresas.

É mais importante compreender as desigualdades geradas dentro do país periférico do que em relação ao centro e periferia, pois as informações sobre a distribuição de renda nos países periféricos apresentam que parte da população reproduz formas de consumo dos países centrais é reduzida. Porém, o problema é que o nível de renda da população dos países centrais é muito elevado ao padrão da população dos países periféricos. A minoria dos países periféricos que quiser reproduzir as formas de vida dos países centrais deve dispor de uma renda per capita 10 vezes maior do que a renda per capita do país. Portanto, essa parcela da população se restringe a 10% do total da população do país periférico. Nessa situação os 90% da população não poderia sobreviver pois sua renda é igual a zero. O custo do mimetismo dos padrões de vida do centro é alto e extinguiria todos os recursos naturais se a população dos países periféricos consumisse conforme esse padrão (FURTADO, 1974).

O processo de modernização nos países subdesenvolvidos balizado pela industrialização reforça a dependência econômica e cultural. A justificativa de Furtado é a de que na fase avançada a tecnologia embutida nos equipamentos importados pelos grupos sociais modernizados não se adequa ao nível de acumulação de capital do país e se limita ao perfil da demanda destes grupos. O descompasso entre o grau de acumulação de países periféricos com a adoção de métodos produtivos compostos por alta densidade de capital, não gera condições para que os salários ultrapassem o nível de subsistência, amplia as desigualdades sociais. Para Furtado (1974) o comportamento de grupos sociais que se apropriam do excedente é balizado pela situação de dependência cultural e tende a ser agravada pelas desigualdades sociais, devido ao avanço na acumulação.

O fenômeno da dependência é mais geral que o subdesenvolvimento, toda economia subdesenvolvida é dependente, pois o subdesenvolvimento é originado da dependência. O custo da tecnologia e a aceleração do progresso técnico favoreceu a inserção de grandes empresas internacionais, propalou a difusão dos novos padrões de consumos surgidos no centro do sistema e intensificou os vínculos de dependência. Furtado (1974) compreende que a dependência está enraizada sobre as estruturas sociais e tende a progredir à medida que o país adere ao padrão de consumo dos países centrais, gerando o efeito de acumulação de renda das elites dos países periféricos.

Celso Furtado em sua obra *Criatividade e dependência na civilização industrial*, publicada em 1978, sintetiza a sua interpretação sobre a dependência e nesta obra ele a

confronta com a expansão do capitalismo na formação de outros países como Japão e Rússia procurando apontar as especificidades deste processo nos países periféricos.

Para Furtado (2008a) a expansão da economia mundial dos centros para as periferias no terceiro quartel do século XX, desdobrou duas características da civilização industrial. A primeira é relacionada ao comportamento da economia internacional, coordenada pelos centros de decisão, responsáveis pela origem e propagação de processos desestabilizadores das economias nacionais e pela concentração do poder realizada pela apropriação de excedente pelos agentes nas transações internacionais, que comandam a concentração geográfica da renda e da riqueza. A segunda é a dimensão interna das economias nacionais, pela complexidade das relações internacionais, em relação as formas de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho.

A forma histórica do capitalismo industrial para Furtado (2008a) assumiu dois aspectos relevantes a serem considerados: a) grande concentração do poder econômico em forma de grandes empresas; b) organização das massas assalariadas de elevada eficácia para enfraquecimento da concentração social de renda.

Furtado (2008a) ganhou relevância nas discussões das relações internacionais pela sua reinterpretação da capacidade inovadora do capitalismo industrial, em que do ponto de vista da empresa, as transações internacionais a concentração do poder econômico ocorreu pelas técnicas de comunicação, o qual orientou as relações internacionais no sistema econômico transacional.

A concentração de renda é reforçada no contexto de internacionalização balizada pela ação da empresa como instrumento deste processo. Essa concentração ocorre em países de Terceiro Mundo sem impedimentos devido a inexistência de forças sociais neutralizadoras e em seguida ocorre no âmbito internacional a favor de países que pertencem as empresas (FURTADO, 2008a).

Para Furtado (2008a) a compreensão dos problemas das economias dependentes requer a utilização da visão histórica e estrutural do capitalismo industrial. O processo de acumulação⁵ intensificada pela ampliação do excedente comercial é organizada pela ampliação do excedente comercial, pautado pela especialização e aumento de produtividade, conciliado com a difusão dos valores culturais dos povos. A evolução do

⁵ Furtado interpretou que a I revolução industrial inaugurou ampliação de novas linhas de comércio e a busca por novos recursos de mineração, mão de obra concedida pelo regime escravo drenados pelos países da Europa.

capitalismo e a ampliação da formação do excedente maximizou a reestruturação da economia internacional e a especialização produtiva da divisão internacional do trabalho.

O avanço do processo de acumulação e da tecnologia capacitou alguns países da Europa a assumirem formas de dominação externa. A tomada de consciência do atraso na acumulação e da ameaça de dominação externa é resultado da antecipação de alguns países do esforço de assimilação das técnicas da civilização industrial, como o Japão e União Soviética.

A situação de dependência estrutural está relacionada com o mercado em expansão dos países europeus que se industrializaram operou como uma válvula de sucção, dando origem a um fluxo crescente de intercâmbio com o exterior. Concomitantemente os países que tiveram acesso ao mercado em expansão da Europa teve a penetração de valores materiais da civilização industrial. O grau de acumulação e os produtos exportados dos países da Europa refletiram o avanço em relação aos países que importaram produtos primários e possuíam baixo grau de acumulação e maior abundância de recursos naturais. O comércio exterior fomentou a especialização produtiva e a divisão do trabalho, ampliou o fosso entre os níveis de acumulação. Essa via foi denominada de indireta, em que houve diversificação dos padrões de consumo sem alterar a evolução de técnicas produtivas (FURTADO, 2008a)

Nos dois primeiros casos, acelerava-se a acumulação com vistas a assimilar as técnicas produtivas mais sofisticadas; no terceiro caso, modernizavam-se certos padrões de consumo e acumulava-se de preferência fora do sistema produtivo: na infra-estrutura urbana e em bens de consumo duráveis importados. *À via de acesso indireta à civilização industrial deve-se a ruptura estrutural “centro-periferia”* que marcaria definitivamente a evolução do capitalismo (FURTADO, 2008a, p. 71).

Para Furtado esse acesso indireto apresentou limitações marcadas e impediu o rompimento dos vínculos de dependência. Os valores ideológicos surgidos pela revolução burguesa, liberalismo, individualismo e racionalismo, que haviam sido posicionados contra o imperativo das velhas estruturas de dominação e promoção de agentes sociais organizados pelo viés da acumulação das forças produtivas, ao serem observadas pela situação de dependência transformaram-se em instrumento de reforço desta. A expansão da produção primário-exportadora não requereu transformações nos métodos produtivos, reforçando o imobilismo das estruturas sociais. O aumento do excedente reforçava o sistema de dominação social, subjacente às alianças externas.

No processo de industrialização dependente o fator determinante da tecnologia utilizada é o grau de diversificação da demanda propalada pelos grupos sociais que tiveram acesso indireto à civilização industrial. A tecnologia assumiu a conotação de transformações no sistema produtivo e nas relações sociais que possuem na acumulação o seu vetor. O acesso indireto à civilização industrial significou a introdução dessas transformações pelo viés da demanda final, o processo de industrialização assumirá a forma de um esforço de adaptação do aparelho produtivo a essa demanda sofisticada, desarticulado do sistema de forças produtivas preexistente. O resultado foi o surgimento de um subsistema produtivo de alta densidade de capital, mas que não correspondeu ao nível de acumulação da sociedade, com fraca sinergia para geração de emprego. Esse subsistema se manteve conectado às econômicas mais avançadas na acumulação e em permanente expansão, o que significa que os vínculos de dependência se intensificaram. (FURTADO, 2008a).

Para Furtado (2008a) novas formas de organização social promoveriam maior complexidade as estruturas intermediárias da sociedade civil, proporcionando condições para que parcelas crescentes da população sejam incorporadas à esfera de ação política. A civilização industrial que fomentou a revolução burguesa, definiu-se no plano político como um processo de democratização, denominada pelo autor referido como princípio de legitimação à representatividade social do poder.

Os grupos de dirigentes optaram por manter o sistema de dominação social, mesmo em episódios de revolução burguesa procurou desestruturar o quadro institucional. A luta pela institucionalização dos conflitos sociais resultantes do rápido desenvolvimento das forças produtivas. Essa luta pela redução das desigualdades sociais apenas diversificou o consumo e ampliou os mercados, concomitantemente com a permanência das estruturas sociais do sistema de poder (FURTADO, 2008a).

O aumento nos gastos de consumo e diversificação pela elevação do nível de vida, reintroduz na ideia de desenvolvimento o progresso de bem estar social. Essa evolução do consumo é um subproduto do processo de reprodução das desigualdades sociais e exclui outras formas de elevação do nível de vida, como pela via de outros projetos de transformação social (FURTADO, 2008a).

A dependência gerou uma forma inacabada de acesso a civilização industrial que frustrou a homogeneidade social. A heterogeneidade gerada nesse processo reproduz o dinamismo orientado pela hiperdiversificação de consumo de minorias, que coexistem com o padrão de consumo da maioria da população que possuem baixo nível de salários.

O desenvolvimento é conduzido em condições de dependência e não engata transformações sociais.

Furtado (1984) definiu a matriz da dependência econômica e cultural o controle das empresas internacionais na criação de tecnologia, o que concede autonomia a elas delimitarem um padrão de consumo a população. Nos países periféricos a utilização do excedente é definida por conta desta cooptação que é cultural, ao passo que a sociedade civil é reduzida a uma massa de consumidores.

A alternativa para superação desta dependência é a modificação das bases sociais de sustentação desse poder. A ampliação da participação efetiva da população em processos políticos pode assegurar a democratização da participação popular na esfera política, especialmente da classe trabalhadora. Para Furtado o atraso está vinculado à dimensão política e não a dimensão econômica.

A globalização reproduz ferozmente o desemprego disfarçado – desemprego e amplia a concentração de renda, que perpassa o problema do consumo de bens suntuosos das classes médias e elites, mas concentra a renda. A problemática da ausência de autonomia é replicada pela globalização, pois há concentração das tomadas de decisão que está nas transnacionais que dominam a tecnologia.

4. O estudo da Venezuela em dois momentos: a revisão do subdesenvolvimento na teoria de Furtado

Nos estudos *Ensaio sobre a economia venezuelana*: subdesenvolvimento com abundância de divisas⁶ foi utilizado por Furtado o método histórico estruturalista da CEPAL⁷ e compreendeu a Venezuela como um caso de subdesenvolvimento atípico, que possuía abundância de divisas. A geração dela foi consequência da grande circulação de dólares advindos por conta da exportação de petróleo. Dentre as tradicionais commodities exportadas pelos países subdesenvolvidos, o petróleo se diferencia, pois possui grande demanda externa e é um insumo primário com capacidade de promover efeitos de

⁶ Em 1957, foi encomendado pelo governo da Venezuela à CEPAL um estudo sobre as perspectivas da sua economia. Celso Furtado foi o representante da Cepal e o responsável por produzir o diagnóstico da economia venezuelana e sugerir alternativas para a superação do subdesenvolvimento.

⁷ Furtado recebeu fortes subsídios do enfoque metodológico histórico estrutural da Cepal e por intermédio dele recorre à história para empreender a sua análise do subdesenvolvimento na América Latina e no Brasil. A história é uma importante ferramenta para o método histórico estrutural, pois parte da análise da formação da estrutura econômica e política das especificidades de um país, o que contribui para apontar os principais elementos que são determinantes para uma economia ser classificada como subdesenvolvida.

encadeamento para frente e para trás, que seja implementar segmentos industriais derivados dessa matéria-prima. O empuxo gerado pelos investimentos no setor petróleo proporcionaria ampliação da oferta de emprego, dos salários dos empregados, aqueceria o mercado interno, e os lucros advindos do petróleo poderiam ser investidos em educação e pesquisa (FURTADO, 2008b [1957]).

As exportações da Venezuela foram especializadas principalmente no setor petrolífero, o que permitiu produzir dinamismo nessa economia por intermédio da transferência de divisas auferidas pelos seus lucros ao governo em forma de receitas fiscais, para o financiamento do gasto público (FURTADO, 2008b [1957]).

O impulso indireto do setor petrolífero consiste, em síntese, em aumentar a capacidade financeira do governo e em expandir simultaneamente a capacidade para importar. A expansão do setor petrolífero foi condição necessária, mas não suficiente, para que se desenvolvessem os demais setores. Constitui o verdadeiro elemento dinâmico a renda transferida ao governo. Por outro lado, é a forma como se utiliza essa renda – a orientação dos gastos públicos – que determina a intensidade de absorção de mão de obra e recursos naturais disponíveis e de expansão da capacidade produtiva. Mas não se esgota na ação direta do governo o impulso dinâmico originado no setor petrolífero e transmitido ao setor público (FURTADO, 2008b [1957], p. 49, grifo meu).

Furtado aponta que o setor petrolífero possui como vantagem a forte demanda externa, porém, o seu impulso sem o respaldo do Estado não é suficiente para promover o efeito centrífugo para estimular os segmentos produtivos correlacionados ao do petróleo. A ação do Estado mediante a captação de renda transferida das atividades econômicas do petróleo é estratégica para o planejamento econômico, como ampliação de empregos, investimentos em setores de pesquisa e tecnologia, e na área social.

A da ação do governo na Venezuela foi investir na indústria de materiais de construção, o que gerou um efeito limitado na cadeia de oferta de emprego e ficou restrita às atividades do setor da construção civil. O investimento somente no setor de construção civil não foi capaz de alterar o nível médio produtivo da economia, pois as demais atividades produtivas não acompanharam esse ritmo de aceleração. Para Furtado (2008b [1957]) a estagnação da economia venezuelana parte do princípio de que os investimentos públicos em obras tiveram pouca influência sobre a estrutura ocupacional da população. Segundo o teórico referido, a obra em infraestrutura não é capaz de multiplicar os efeitos de produtividade no sistema, os investimentos estatais devem ser combinados em setores

como a siderurgia e petroquímica, sem desvincular ao setor agrícola, para ser multiplicado em novos segmentos derivados.

Para Furtado (2008b [1957]), o avanço dos investimentos em infraestrutura e em indústrias promove a diversificação produtiva, e deve ser acompanhada pela capacitação de técnicos especializados, de produção de pesquisa tecnológica e a manutenção de serviços de assistência técnica.

Para que o desenvolvimento continue em ritmo intenso do passado recente, a economia venezuelana terá que elevar substancialmente a eficiência de sua produção agropecuária e se industrializar num sentido mais amplo e complexo. Para que esses dois objetivos possam ser atingidos, será necessário orientar uma parte substancial dos investimentos para a pesquisa e elevação do nível educacional e técnico da população [...] Isso só seria possível mediante mudanças profundas na estrutura ocupacional da população, um aumento muito grande no número de profissionais de todos os tipos, um nível educacional básico muito alto etc (FURTADO, 2008b [1957], p. 60/61).

Para Furtado os investimentos em educação e qualificação técnica é consequência da produtividade e é posicionado como método para aperfeiçoar a eficiência produtiva dos setores da agropecuária e da indústria. O referido autor relaciona o aperfeiçoamento da produtividade à expansão de investimentos à educação, como um sistema de causalidade, ou seja, os investimentos em educação é consequência da obtenção da otimização produtiva.

A análise de Furtado (2008b [1957]) afirma que o investimento em educação e cultura pode ter o mesmo perfil de reprodução que no setor de produtividade da economia. Essa atitude inverte a lógica de que esse tipo de ação seja tomado como gasto público. A formulação de uma política de homogeneização social consiste em políticas sociais e distributivas para a população. Os investimentos em educação seriam propagados através das novas gerações, com efeito progressivo ou irreversível, com impacto forte e duradouro na estrutura ocupacional da população na economia; enquanto os investimentos em infraestrutura e indústria viriam a reboque desse processo.

O principal fator limitativo do desenvolvimento venezuelano tenderá a ser, cada vez mais, nos próximos anos, o homem capacitado. O homem capacitado é uma forma superior de capital que se requer em escala crescente quando uma economia passa das etapas intermediárias para as superiores do desenvolvimento. Nas primeiras etapas do desenvolvimento o principal fator limitativo do crescimento é o capital; nas etapas muito avançadas é a mão de obra. Porém, quando uma

economia encontra-se nas etapas intermediárias é o homem capacitado o verdadeiro fator limitativo. Ora, o homem capacitado é como uma máquina-ferramenta: só pode ser produzido partindo de outro preexistente. Isso significa que em seu preparo o fator tempo desempenha um papel fundamental (FURTADO, 2008b[1957], p. 61, grifo meu).

O prognóstico apresentado por Furtado para provocar as transformações estruturais é por intermédio do aumento da renda *per capita* e do investimento diretamente no fator humano. A primeira condição são os investimentos na educação para aumentar o tempo de permanência da população infantil nas escolas e educação para adultos, o que atenderia a segunda condição, de preparação de técnicos para ocupar postos de trabalhos nas indústrias, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e assistência aos empresários viesados pela criação de atividades produtivas. A terceira condição é elevar o nível cultural e técnico da população como ponto para o desenvolvimento da pesquisa tecnológica e científica. A importância dos investimentos na educação é capaz de gerar efeito progressivo que são reprodutivos e não um fim em si mesmo (FURTADO, 2008b [1957]).

Para o teórico referido os investimentos na educação podem proporcionar em um país dois efeitos. O primeiro é da dimensão cultural, elevação da cultura na população e aperfeiçoamento do patrimônio humano. Nesta dimensão, o investimento se auto propaga pelas novas gerações, ou seja, pode ser considerado como investimento à longo prazo. O segundo efeito condiz com ampliação de salários que rebate na expansão do mercado interno, via consumo da população (FURTADO, 2008b [1957]).

Embora Furtado tivesse feito uma série de recomendações nessa direção para a saída do subdesenvolvimento na Venezuela, em 1957, após quase vinte anos, retornou a este tema e elaborou o estudo *Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais*, de 1974. Nessa análise, constatou que a economia da Venezuela se encerrou em um sistema econômico que produz pouco excedente sob a forma de poupança e impostos e usufrui pouco rendimento das inversões que são produzidas pelo excedente petrolífero. É um sistema social orientado pelo consumo e pela ausência de formação de capital e renda para a população. O fenômeno do efeito demonstração inibiu em grande medida as oportunidades abertas a princípio pela produção de petróleo, como ponto de partida para expandir a indústria e os investimentos na economia e na área social.

Furtado (2008c [1974]) ao retomar esta questão nos estudos sobre a Venezuela, de 1974, aprofundou a sua interpretação e avançou na sistematização de que a

diversificação do padrão de consumo está circunscrita à elite e produz efeitos deletérios para a economia, ao amputar o efeito em cadeia deliberado pelo consumo de produto produzido pelas indústrias dentro do mercado interno, o que conseqüentemente leva a exercer estímulos para todos os setores da economia doméstica.

Furtado (2008c [1974]) aponta que para a superação do subdesenvolvimento é imprescindível investimentos na área social, descolando da ideia de que os avanços nessa área deveriam ser oriundos do crescimento econômico promovido pelo setor do petróleo. O teórico explica que o projeto social deve anteceder os planos em investimentos na economia, o que conduziria a formulação de uma política de desenvolvimento.

O subdesenvolvimento na Venezuela seria superado através do seguinte prognóstico de Furtado (2008c [1974]): da redução da heterogeneidade tecnológica; da concessão de necessidades coletivas básicas e de emprego para a população; da implementação da tradição cultural na nação; da ampliação do acesso da população à educação; endogenizar no país o sistema de tomada de decisões na vida econômica e cultural. Essas ações deliberadas pelo Estado eliminariam a dependência econômica e cultural dos países subdesenvolvidos perante os desenvolvidos, concederia autonomia para a formulação de políticas de desenvolvimento, desassociadas ao interesse do capital estrangeiro.

Furtado (2008c [1974]) apresenta o prognóstico para a Venezuela superar o subdesenvolvimento, recomendações que compelem para formulação de uma política de homogeneização social, balizada por programas de educação básica, formação técnica e profissional em paralelo com os na área da saúde, estendendo para o seguro desemprego, concessão de habitação e transporte coletivo à população. Diferentemente de países desenvolvidos que alcançaram o estado de bem-estar social como resultado da acumulação de capital e elevação da renda média da população, em países subdesenvolvidos, como o caso da Venezuela, não é possível reproduzir a mesma via histórica de modernização dos países desenvolvidos. Para os países subdesenvolvidos a concentração de renda, a dependência em relação à reprodução dos padrões de consumo das sociedades ricas e à tomada de decisões extra-localmente impedem o desenvolvimento.

Para Furtado diferentemente das vias de modernização clássicas auferidas pelos países centrais, no caso dos periféricos, para a superação do subdesenvolvimento exige a ação do Estado no planejamento de investimentos nas áreas sociais, principalmente na educação, pois obedece ao duplo objetivo, produzir capital social para a população e

inovações tecnológicas como alternativa para romper a dependência cultural dos países centrais. Portanto, o crescimento econômico deliberado pelo setor produtivo não é suficiente para promover a homogeneização social.

Neste segundo estudo sobre a Venezuela, *Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais*, é possível observar a mudança no léxico linguístico de Furtado, ao enfatizar que o projeto social, aliado à concessão de políticas sociais e distributivas para a população, é colocado como *ex-ante* aos programas econômicos, sendo apresentado como central na política de desenvolvimento.

5. Considerações Finais

Nos tópicos anteriores procurou apresentar as interpretações de Furtado a respeito do conceito de subdesenvolvimento. Neles apontamos dois momentos diferentes em sua trajetória intelectual, a primeira fase do seu pensamento correspondente aos anos de 1954 a 1964 e a segunda fase do seu pensamento referente ao período de 1965 a 1984. Nesse balanço foram selecionados três importantes conceitos que podem dar subsídios para interpretar as variações do subdesenvolvimento: a) intercâmbio entre países periféricos e os centrais; b) as modalidades do subdesenvolvimento; c) efeito demonstração.

A concepção do intercâmbio entre países periféricos e centrais na primeira fase do pensamento de Furtado é consequência da formação histórica dos países subdesenvolvidos, e da sua inserção no comércio internacional pela via de exportação de produtos primários, subjacente à importação de padrões culturais dos países centrais, que sofisticaram o seu progresso tecnológico e a diversificação das formas de consumo, impulsionando uma associação com os países periféricos dependente, catalisador do avanço da heterogeneidade estrutural e desigualdades sociais (FURTADO, 1963; FURTADO 2000).

A revisão realizada por Furtado na segunda fase do seu pensamento sobre a concepção de intercâmbio comercial entre os países centrais e periféricos é a de que o processo de industrialização nos países periféricos foi condicionado para completar o sistema econômico internacional e não para formar um sistema econômico nacional. O capitalismo introjetou duas dinâmicas diferentes, uma relacionada aos países centrais que determina o fluxo de novos produtos e elevação dos salários, que permite a expansão do consumo de massa. A outra é na periferia, inseriu o mimetismo cultural e requer a concentração de renda das minorias para reproduzir as formas de consumo de países

centrais. A síntese da expansão da economia mundial para Furtado está relacionada a coordenação das tomadas de decisão nos países centrais, e as formas de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho nos países periféricos, de modo a fortalecer esse círculo vicioso da dependência dos países periféricos em relação aos centrais (FURTADO, 1974; FURTADO 2008a).

Na primeira fase do pensamento de Furtado o conceito de subdesenvolvimento possui duas modalidades de reprodução em países periféricos, o modo inferior e o superior, conforme já apontado no caso da industrialização brasileira que gerou desigualdades regionais, entre o Centro Sul e o Nordeste. Na segunda fase do pensamento de Furtado, a política de substituição de importações fortaleceu as agravação das disparidades e estabeleceu uma situação de dependência estrutural, e o intercâmbio entre os países periféricos com o mercado da Europa, introduziu valores materiais da civilização industrial de maneira espúria na periferia, que seja a diversificação da produção de bens industriais que fomentou a utilização do excedente das elites dos países periféricos na adoção de padrão de consumo do centro, sem alterar as técnicas produtivas na periferia (FURTADO, 2000; FURTADO, 1974; FURTADO, 2008a).

A concepção de efeito demonstração para Furtado (1974) é ampliada da sua obra *Dialética do Desenvolvimento* de 1964 para *O Mito do Desenvolvimento* de 1974. Inicialmente, Furtado aponta na obra *Dialética do Desenvolvimento* que nos países especializados na exportação de produtos primários, o excedente resultante desta atividade é utilizado pela elite na importação de bens de consumo e a inserção desses países na civilização industrial é orientada pela demanda por bens finais de consumo. Furtado no *O Mito do Desenvolvimento* amplia este conceito para compreendê-lo para além de importação de padrões de consumo para formas de dominação dos países centrais nos periféricos. Na fase subsequente, o processo de industrialização realizado pela substituição de importações, ocorre a reprodução em miniatura de sistemas industriais, o que permite a instalação no país de uma série de subsidiárias de empresas dos países do centro, o que reforça a tendência do padrão de consumo da população acima do nível da sua renda média (FURTADO, 1964; FURTADO 1974).

O efeito demonstração provoca o acesso indireto à civilização industrial da população da periferia, passa a ser gestada pela diversificação da produtividade no centro, propalada pelas inovações tecnológicas. A demanda da periferia é enrijecida pela procura de bens industriais e a integração do mercado periférico ao global, continua sendo dependente, por conta da sua especialização em produtos primários exportadores,

desarticulada da formação de inovações tecnológicas para diversificar a sua produção. Esse sistema dependente, da periferia ao acesso à tecnologia pela importação, provoca fraca sinergia para geração de emprego e efeitos de encadeamento na economia nacional (FURTADO, 2008a).

Nos *Ensaio sobre a Venezuela*, Furtado apresenta a ressignificação da sua interpretação de maneira aplicada em um caso de estudo empírico. Comparativamente ao primeiro ensaio *O desenvolvimento recente da economia venezuelana* de 1957, e a sua revisão, *Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais*, de 1974, é possível apresentar a revisão no discurso interpretativo de Furtado. O principal é o papel central que a dependência cultural assumiu em sua análise do subdesenvolvimento. A questão de dependência foi apresentada no estudo de 1957, em grande medida vinculada à dimensão econômica das relações capitalistas entre os países subdesenvolvidos e os desenvolvidos. O prognóstico, apontado por Furtado é o investimento no setor produtivo e na política social, porém, a redução das desigualdades sociais esteve vinculada à ampliação do setor produtivo da economia. Ainda não estava clara a ideia que os investimentos da área social, em específico na educação, poderiam produzir transformações na sociedade e para as futuras gerações, sem estar associado aos resultados do crescimento econômico.

Furtado, em seu segundo ensaio, de 1974, diante do contexto do capitalismo dinamizado pelas empresas transnacionais e da globalização nas relações internacionais, realizou a revisão do conceito de subdesenvolvimento, o que superou a interpretação da dependência no campo da economia e o ajustou à complexa dependência cultural, permitindo interrogar os avanços do fenômeno do subdesenvolvimento sob o enfoque da dimensão cultural, antes pouco explorada em suas produções bibliográficas e que seriam centrais nas obras subsequentes, como *O Mito do desenvolvimento e Dependência e Criatividade*. Em países periféricos, esse efeito deletério impacta a economia e produz um forte rebatimento principalmente à população, com custos sociais de produção e concentração de renda, o que impede a autonomia criativa cultural, tecnológica e a concessão da educação e cultura para a população (FURTADO, 2008c [1974]).

O prognóstico apresentado por Furtado para a superação da dependência cultural dos países subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos foi a atuação do Estado em formular políticas sociais. A ideia de educação, foi apresentado no estudo de 1957, como niveladora técnica dos trabalhadores que paralelamente deveria acompanhar o avanço da industrialização. Em seu segundo ensaio, de 1974, ela foi ressignificada e passou a ser

interpretada como importante ação para implementar a tradição cultural da nação, proporcionar a educação como geradora de oportunidades para a melhoria da qualidade de emprego e de vida da população, e fator de inovação tecnológica que poderia ser estratégica para endogenizar as tomadas de decisões nas dimensões política, econômica e cultural dos países subdesenvolvidos, desmontando o círculo da dependência com os países desenvolvidos.

Furtado (2008a) na obra *Criatividade e dependência* reforça que a estrutura social dos países periféricos não está organizada em novas formas de organização social, diferenciadas da tradicional polarização na estrutura social de países periféricos entre elite e trabalhadores, que poderiam proporcionar formas de democracia participativa aberta as demandas populares, de modo que a população poderia exercer a voz ativa em processos decisórios, na esfera de ação política.

Segundo Furtado (2008a), nos países periféricos, os grupos dirigentes optaram em manter um sistema de dominação social e uma alternativa seria as lutas sociais para ampliar o acesso às tomadas de decisões da população, porém, a modernização incidiu somente na diversificação do consumo e ampliação do excedente das elites da periferia. Para Furtado a via de mudança da dependência dos países periféricos para o desenvolvimento perpassa pela modificação das bases sociais de sustentação do poder na periferia, no sentido da ampliação da participação da população em processos políticos, especialmente a classe trabalhadora.

Referência

CÊPEDA, Vera. O Pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. In: PEREIRA, L. C. B. (Org). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1963.

_____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

_____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008(a).

_____. O desenvolvimento recente da economia venezuelana. In: Furtado, Celso. *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto. Arquivos Celso Furtado; v. 1, 2008(b).

_____. Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais. In: Furtado, C. *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto. Arquivos Celso Furtado; v. 1, 2008(c).

MANNHEIM, Karl. “O conceito sociológico do pensamento”, “O problema do intelectual”. In: *Mannheim* (org. M. Foracchi e F. Fernandes). São Paulo: Ática, 1982.

NURKSE, Ragnar. *Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1957.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas [Manifesto Latino-Americano] [1948]. In: GURRIERI, A. (org.) *O Manifesto dos Periféricos e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Celso Furtado, 2011.

POCOCK, John. *Linhagens do pensamento do ideário político*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.